

representa.coop



INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 20 – ano 2026
18 a 22 de maio de 2026





SUMÁRIO

- OCB participa de debate sobre a Modernização da Jornada de Trabalho;
- Destaques da agenda de Brasília;
- Início da Vaquinha Eleitoral;
- Destaque de normativos da semana.

OCB PARTICIPA DE DEBATE SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição 221/19, que visa a modernização da jornada de trabalho, realizou na última segunda-feira, 18 de maio, Audiência Pública destinada à participação e apresentação das perspectivas do **setor produtivo** frente à proposta.

Enquanto importante setor da economia brasileira, o **cooperativismo** teve sua representação feita por **Bruno da Silva Vasconcelos**, Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais do Sistema OCB. Em sua fala, a OCB apresentou dados setoriais e ressaltou que **setores como agropecuária e saúde estariam entre os mais impactados** por eventuais alterações na escala de trabalho, em razão da necessidade de operação contínua e da elevada demanda por mão de obra especializada. Concomitantemente, **destacou-se a importância da prevalência das negociações coletivas como instrumento capaz de adaptar jornadas e escalas às especificidades de cada atividade econômica.**

De maneira geral, os demais representantes dos diversos setores que compõem o ambiente produtivo defenderam que a discussão considere as **peculiaridades setoriais e os impactos sobre produtividade, custos operacionais e micro e pequenas empresas.** Também houve destaque para a necessidade de reformas estruturais, especialmente em educação e qualificação profissional, além da preocupação com **possíveis aumentos de preços decorrentes da reorganização das jornadas de trabalho.**

O relatório da PEC será apresentado na próxima semana na Comissão Especial. A expectativa do Presidente Hugo Motta (Republicanos/PB) é de que a **votação no Plenário da Câmara dos Deputados seja realizada ainda no mês de maio.**

Os Sistemas OCB e Ocepar seguem acompanhando a tramitação da matéria e realizando discussões acerca do impacto da proposta no setor cooperativista, defendendo a importância de um **debate amplo e responsável** sobre a temática.

Confira a participação do Sistema OCB no link a seguir:
[Representação do Sistema OCB no debate de modernização da jornada de trabalho](#)



DESTAQUES DA AGENDA DE BRASÍLIA NESTA SEMANA



OCB Lança cartilha para municípios na Marcha dos Prefeitos em Brasília

O Sistema OCB, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e o Banco Central do Brasil, lançou nesta terça-feira (19/5), durante a **Marcha dos Prefeitos, em Brasília**, uma nova edição da **cartilha *Retenção de Riqueza nos Municípios: Relação entre cooperativas de crédito e entes públicos municipais***. O material orienta gestores públicos sobre possibilidades de parceria com cooperativas de crédito para fortalecimento do desenvolvimento econômico local. Durante o evento, a presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella, destacou o papel do cooperativismo de crédito na geração de renda, dinamização econômica e ampliação de oportunidades nos municípios.

Cooperativismo reconhecido como manifestação cultural

A Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 357/2025, que reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional. A proposta, de autoria do deputado Arnaldo Jardim, integra a Agenda Institucional do Cooperativismo e segue agora para sanção presidencial. A medida representa um marco simbólico para o setor ao reconhecer o cooperativismo como parte da identidade social, econômica e cultural brasileira. O parecer favorável foi apresentado pelo senador Flávio Arns, e a tramitação contou com articulação do Sistema OCB e apoio de lideranças parlamentares ligadas ao cooperativismo.



CAE do Senado adia a discussão do PL 5122/2023

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado adiou nesta quarta-feira (20/05) a análise do Projeto de Lei 5122/2023, que cria uma linha especial de crédito rural para produtores afetados por eventos climáticos extremos ou impactos econômicos de conflitos internacionais. A decisão foi tomada após o relator da proposta, senador Renan Calheiros, retirar o texto de pauta a pedido de uma nova rodada de negociações solicitada pelo Ministério da Fazenda. O projeto prevê o uso de recursos do Fundo Social do pré-sal e outras fontes públicas para financiar operações com condições diferenciadas, como juros reduzidos, prazo de até dez anos e carência de três anos, voltadas a produtores rurais, cooperativas e associações atingidas por perdas produtivas ou situações de calamidade.

INÍCIO DA ARRECADAÇÃO POR CAMPANHAS ELEITORAIS

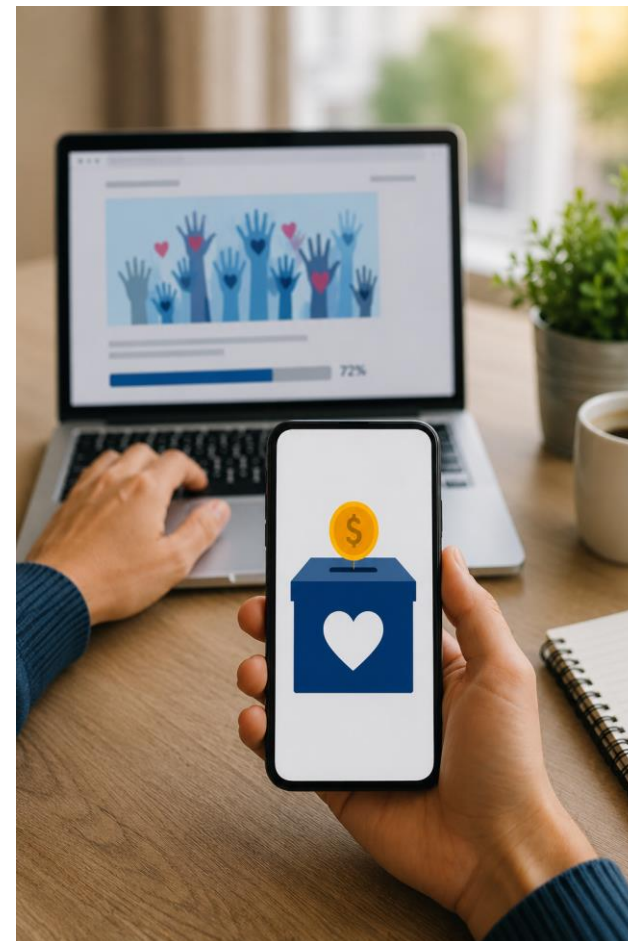
Desde o dia 15 de maio, as pré-candidaturas às eleições de 2026 passaram a poder realizar arrecadação prévia de recursos por meio de plataformas digitais de financiamento coletivo, as chamadas “vaquinhas eleitorais”. A modalidade permitida pelo TSE, **autoriza que pessoas físicas realizem doações para futuras campanhas antes mesmo do início oficial do período eleitoral**, desde que a arrecadação seja intermediada por empresas cadastradas e autorizadas pela Justiça Eleitoral.

Apesar de a captação já estar autorizada, os valores arrecadados somente poderão ser utilizados após o cumprimento de exigências formais da campanha, como o registro da candidatura, obtenção de CNPJ eleitoral e abertura de conta bancária específica. **Caso a candidatura não seja efetivada, os recursos devem ser devolvidos aos doadores.** A legislação também estabelece regras de transparência, identificação dos doadores e prestação de contas, buscando reduzir riscos de irregularidades e ampliar o controle sobre o financiamento político.

A consolidação das arrecadações digitais reflete mudanças importantes no modelo de financiamento eleitoral brasileiro após o fim das doações empresariais para campanhas, definido pelo Supremo Tribunal Federal em 2015. Desde então, **campanhas passaram a depender mais intensamente de fundos públicos, doações de pessoas físicas e estratégias de mobilização digital.** Nesse contexto, o financiamento coletivo deixou de ser apenas uma ferramenta complementar e passou a integrar a própria construção política das candidaturas.

Do ponto de vista político, a “vaquinha eleitoral” funciona como instrumento de demonstração de viabilidade política, capacidade de mobilização e engajamento social. Em um ambiente político marcado pela hiperconectividade e pela antecipação das disputas eleitorais, campanhas capazes de **mobilizar apoiadores desde a pré-campanha demonstram viabilidade aos partidos políticos e oferecem previsibilidade** ao processo de elaboração de suas listas de candidaturas.

Em sistemas multipartidários como o brasileiro, no qual se reduz paulatinamente a fragmentação, aumenta-se conseqüentemente a competição interna dos partidos, e **a capacidade individual de mobilizar recursos e comunidades digitais torna-se um ativo estratégico relevante nessa disputa.** Na prática, a disputa eleitoral deixa de ocorrer apenas nas estruturas partidárias tradicionais e passa a se desenvolver, cada vez mais, nos ambientes digitais de influência, engajamento e arrecadação política.





DESTAQUES DE NORMATIVOS DA SEMANA

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Ato	Data	Publicado	Órgão	Quem assina	Assunto(s)	Ementa	Seção	Página(s)	Íntegra
NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 13/2026	19/05/2026	20/05/2026	Receita Estadual	Juliano Brun Binder DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL Em exercício	ICMS Pecuária	Fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com produtos da pecuária que especifica.	Receita Estadual	155	NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 13-2026.pdf

Fonte: Elaboração própria com base em informações do Diário Oficial.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link <https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua sugestão e/ou opinião.

